



PROCESSOS PARADOS NO STF

As ações que o Rui Barbot monitora

Ações	Tópico
ADI 5243	limitações no uso de arma de fogo por agentes de segurança pública
RE 601580	a possibilidade de ingresso em universidade pública de servidor militar estadual realocado e que já estudava em instituição de ensino particular, diante da inexistência de escolas particulares na nova localidade
ADPF 324	questionamentos a decisões sobre tercerização com base na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST)
RE 576920	a natureza das decisões dos TCEs quanto a análise de atos de admissão de pessoal por parte dos municípios ser mandamental ou meramente opinativa
RE 732686	a constitucionalidade formal e material de lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis
MS 33078	questionamentos a decisão do CNJ que determinou estabelecimento de regras objetivas impessoais por parte do TJSP para a designação de juízes auxiliares
ADI 4275	a possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo
ADI 4162	a parte da Lei de Execução Penal que estabelece o Regime Disciplinar Diferenciado, criado para punir com mais rigor os

	presos que oferecem risco dentro da cadeia
ADPF 246, ADPF 379	questionamentos a outorga e renovação de concessões de rádio a empresas que possuam políticos como sócios ou associados
ADI 3239	o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades dos quilombos
ADC 38	a validade de artigo do Estatuto do Desarmamento que permite o porte de arma de fogo aos guardas municipais, apenas em serviço, de cidades com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes
ADI 4234	dispositivos legais que tratam de patentes 'pipeline'
RE 566471	a obrigatoriedade, ou não, de o Estado fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo
MS 33556	questionamentos à tramitação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, que reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos
MS 33575	questionamentos à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 171/1993, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos
ADPF 153, ADPF 320	pedidos de revisão do alcance da Lei de Anistia
ADI 5735, ADI 5695, ADI 5685, ADI 5687, ADI 5686	dispositivos considerados inconstitucionais pela PGR na Lei das Terceirizações (Lei 13.429/2017)
ADI 5032	a competência da Justiça Militar para julgar crimes cometidos no exercício das atribuições subsidiárias das Forças Armadas
ADI 5343	o indulto natalino conferido pelo Decreto 8.380/2014
RE 565089	a possibilidade de indenização pelo não encaminhamento de projeto de lei destinado a viabilizar reajuste geral e anual de vencimentos de servidores públicos estaduais

ADI 5170	a responsabilidade civil do Estado pelos danos morais causados aos detentos submetidos a condições sub-humanas, insalubres, degradantes ou de superlotação
RE 614819	a possibilidade, ou não, de expedição de precatório, antes do trânsito em julgado dos embargos à execução, para efetuar o pagamento da parte incontroversa da condenação
ADPF 347	pedido de adoção de providências para sanar lesões a preceitos fundamentais decorrentes de atos e omissões do Estado quanto à questão prisional no país
ADI 3446	a vedação de detenção de crianças e adolescentes para averiguação, ou por motivo de perambulação, desde que determinada por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária
ADI 5708	a descriminalização das condutas de plantar, cultivar, colher, guardar, transportar, prescrever, ministrar e adquirir Cannabis para fins medicinais e de bem-estar terapêutico
ADI 5515	mudanças nas deliberações e na estrutura do Departamento de Polícia Federal, especialmente quanto à criação do Conselho Superior de Polícia
ADPF 289	pedido de reconhecimento da incompetência da Justiça Militar para julgar civis em tempo de paz e que esses crimes sejam submetidos a julgamento pela Justiça comum, federal ou estadual
ADI 4966	questionamentos à resolução do CNJ que obriga cartórios de todo o país a habilitar, celebrar casamento civil ou converter união estável de pessoas do mesmo sexo em casamento
ARE 1054490	a possibilidade de registro de candidatura para pleito majoritário desvinculada de filiação a partido político
ADI 4810	possíveis irregularidades no regime adicional de serviços para policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários do Rio de Janeiro
ADI 5645	a resolução do CNMP que disciplinou a concessão de auxílio-moradia aos membros do Ministério Público da União (MPU), a procuradores e a promotores de Justiça

AO 1773, AO 1946	ações em que o ministro Luiz Fux concedeu liminarmente auxílio-moradia para os juízes
ADO 41	a necessidade de edição de normas para regulamentar a comercialização de armas de fogo no Brasil
ADI 5581	a adoção de medidas de vigilância em saúde relativas aos vírus da dengue, chikungunya e zika e a omissão sobre a possibilidade de interrupção da gravidez nas políticas de saúde estatais para mulheres grávidas infectadas pelo vírus zika
ADPF 442	a descriminalização do aborto provocado pela gestante ou realizado com sua autorização
ADI 4103	possível inconstitucionalidade nas restrições à comercialização e ao consumo de bebidas alcoólicas pela Lei Seca
ADI 4393	lei que prevê o pagamento de uma série de benefícios extras para magistrados do estado do RJ, como adicional de 15% para o presidente do TJ, de 10% para o corregedor, auxílio-saúde, auxílio pré-escolar e auxílio-alimentação
ADI 4756, ADI 4747, ADI 4679	possíveis irregularidades no marco regulatório das TVs por assinatura
ADI 4893	pedido de inconstitucionalidade da Lei 12.618/2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar
ADI 5017	vícios na Emenda Constitucional (EC) 73/2013, que visa criar quatro novos Tribunais Regionais Federais (TRFs)
ADI 5097	questionamento a um dispositivo da Lei do Planejamento Familiar que condiciona a autorização para esterilização voluntária ao consentimento de ambos os cônjuges
ADI 5108	restrições para emissão de carteira de estudante
ADI 5356	Lei 4.650/2015, do estado do Mato Grosso do Sul, que obriga operadoras de celular a instalar bloqueadores de sinais de radiocomunicação nos estabelecimentos penais do estado

ADI 5494	a proibição de partidos receberem recursos provenientes de autoridades, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, ou mesmo por meio de publicidade de qualquer espécie
ADI 5497	a janela de 30 dias para que deputados e vereadores possam mudar de sigla sem punição por infidelidade partidária
ADI 5592	dispositivo da Lei federal 13.301/2016 que admite o uso de aeronaves para dispersão de substâncias químicas no combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i>
ADPF 403, ADI 5527	dispositivos do Marco Civil da Internet e a possibilidade de decisões judiciais impedirem o funcionamento do aplicativo WhatsApp
ADPF 334	o dispositivo do Código de Processo Penal (CPP) que concede o direito a prisão especial aos portadores de diploma de ensino superior
ADPF 398	questionamentos a decisões que têm considerado inválida a prática adotada pelas salas de exibição que impedem o ingresso de expectadores com alimentos e bebidas comprados em outros estabelecimentos
ADPF 400	dispositivos de decretos-leis que regulam o Imposto de Importação sobre mercadorias nacionais ou nacionalizadas equiparadas a mercadoria estrangeira para fins de sua incidência
ADPF 402	a possibilidade de réus em ação penal perante o STF poderem ocupar cargos que estão na linha de substituição na Presidência da República
ACO 2939, ACO 2931	repasse aos estados de Pernambuco e Piauí das multas previstas na Lei da Repatriação
ADC 44, ADC 43	a possibilidade de execução provisória da pena
ADI 4917	regras de distribuição dos royalties do petróleo contidas na Lei 12.734/2012
ADI 5599	a Medida Provisória (MP) 746/2016, que instituiu a reforma do ensino médio
ADI 5632	a proibição da recondução ao cargo de presidente da Câmara

	dos Deputados que esteja exercendo mandato tampão
ADI 5756	questionamentos a normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que tratam das administradoras de benefícios
ADPF 449	Lei municipal de Fortaleza que proíbe o uso de carros particulares, cadastrados ou não em aplicativos, para o transporte remunerado individual de pessoas
ADPF 489,ADPF 491	suspensão de portaria do Ministério do Trabalho que altera regras de combate ao trabalho escravo
ADI 5595	Emenda Constitucional 86/2015, que reduziria orçamento da saúde
ADI 5794	regras da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) relativas à contribuição sindical
ADI 5782	questionamentos a norma que concede auxílio educação a membros do Ministério Público fluminense, por filho ou dependente de até 24 anos de idade
ADI 5781	o pagamento de auxílio ao aperfeiçoamento profissional e auxílio-saúde a membros do Ministério Público de Minas Gerais
ADI 5450	pedido de suspensão de efeitos de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LFRE (Lei 13.155/2015)
ADI 5674	questionamento à Emenda Constitucional 94 do Espírito Santo que conferiu foro especial por prerrogativa de função a defensores públicos
ADI 5772	questionamentos a normas que autorizam a prática da vaquejada no país
ADI 5508	possibilidade de acordos de delação serem fechados pela polícia
ADI 5747	sete normas paulistas que tratam do repasse de depósitos judiciais e administrativos ao Poder Executivo do Estado de São Paulo
ADI 5478	mudanças na Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) e na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995) relativas à

	responsabilização pela prestação de contas das agremiações partidárias
ADI 5740	decreto que sustou norma que regulamentava lei sobre sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no DF
ADI 5729	pontos da Lei de Repatriação que proíbem compartilhamento de informações
ADI 5701	constitucionalidade da investigação do presidente da República por atos estranhos ao exercício de suas funções
ADI 5680	Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu teto para os gastos públicos da União por 20 anos
ADI 5671	normas do Estado de São Paulo que autorizam o pagamento de gratificação pela prestação de serviços de natureza especial a membros do Ministério Público
ADI 5668	reconhecimento de dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o bullying homofóbico
ADI 5659	incidência de ICMS sobre operações com software no estado de Minas Gerais
ADI 5667	acesso a informações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) e sobre o sigilo nas investigações de acidentes aéreos no Brasil
ADI 5624	lei que dispõe sobre estatuto jurídico das empresas estatais
ADI 5626	incidência da contribuição previdenciária sobre o licença-maternidade
ADI 5614	pagamento de gratificações pelo exercício de cargo ou função a membros do Ministério Público paraense
ADI 5604	a Medida Provisória 746/2016, que institui a reforma do ensino médio
ADI 5605	questionamento a lei que proíbe gestante ou lactante de trabalhar em atividades, operações ou locais insalubres
ADI 1625	a denúncia da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que protege o trabalhador contra a demissão arbitrária

ADI 5586	exclusão de detentores de cargos públicos e eletivos do regime da Lei de Repatriação
ADI 5567	lei federal que define organização criminosa e disciplina investigação criminal
ADI 5553	concessão de isenções tributárias a agrotóxicos
ADI 5551	Medida Provisória 727/2016, que instituiu o Programa de Parcerias de Investimento (PPI)
ADI 5492	dispositivos do novo Código de Processo Civil
ADI 5490	aposentadoria compulsória de membros do do Ministério Público aos 75 anos
ADI 5466	novas regras para a celebração de acordos de leniência entre o poder público e empresas sob investigação
ADI 5430	aumento da idade limite para a aposentadoria compulsória de magistrados de 70 para 75 anos
ADI 5435	alteração legal que ampliou a participação de capital estrangeiro no setor de saúde do país
ADI 4067	validade de dispositivos da Lei 11.648/2008, que tratam da destinação de 10% da contribuição sindical compulsória (imposto sindical) para as centrais sindicais
ADI 5405	normas federais que dispensam o pagamento de honorários advocatícios em hipótese de celebração de acordos e adesão a parcelamentos tributários por particulares com o Poder Público
ADI 5404	dispositivos da Lei 11.358/2006, que impedem o pagamento de adicionais noturno e por prestação de serviço extraordinário a policiais rodoviários federais
ADI 5543	restrições a doação de sangue por homossexuais
ADI 4854	dispositivos legais do Rio Grande do Sul que instituíram o Regime Especial de Fiscalização para o contribuinte considerado devedor contumaz
ADI 5334	obrigatoriedade de inscrição de advogados públicos na OAB
ADI 5248, ADI 5255, ADI	questionamentos à obrigatoriedade da Bíblia em escolas e bibliotecas públicas

5256,ADI 5258	
ADI 5175	alteração no regimento interno da Corte que transferiu do Plenário para as Turmas a competência para julgar crimes comuns imputados a deputados federais e senadores
ADI 5126	lei estadual que proíbe a fabricação e comercialização de armas de fogo de brinquedo em todo o estado
ADI 5122	resolução 23.404 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que veda a realização de propaganda eleitoral via telemarketing em qualquer horário
ADI 5104	resolução do TSE que prevê a necessidade de determinação da Justiça Eleitoral para instauração de inquérito policial eleitoral, salvo a hipótese de prisão em flagrante
ADI 4974	norma que extinguiu a punibilidade do crime de sonegação previdenciária quando o cidadão confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta informações à Previdência Social, antes do início da ação fiscal
RE 576967	tributação do salário-maternidade
RE 591340	decisão do TRF4 que considerou legal a limitação, em 30% para cada ano-base, do direito do contribuinte de compensar os prejuízos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo negativa da CSLL
RE 592616	o ISS integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a Cofins
RE 948634	aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados
RE 594435	conflito de competência para julgar causa que envolve contribuição previdenciária instituída por Estado membro incidente sobre complementação de proventos e de pensões por ele paga
RE 593818	consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base
RE 593068	a incidência ou não da contribuição previdenciária de servidor público sobre parcelas adicionais da remuneração, como

	terço de férias, horas extras, adicional noturno e adicional de insalubridade
RE 601220	local em que deve tramitar processo de reparação de danos contra jornalista que escreve para internet (blog) – se na cidade onde reside ou na comarca de quem foi ofendido
RE 588954	direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa
RE 593448	restrição dos direitos de férias dos servidores municipais de Betim, em Minas Gerais,
RE 597124	a extensão, ou não, aos trabalhadores portuários avulsos, do adicional de risco portuário
RE 605533	legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que visa compelir o Estado de Minas Gerais a entregar medicamentos a portadores de hipotireoidismo e hipocalcemia
RE 607582	bloqueio de contas públicas para assegurar o fornecimento de medicamentos aos usuários do SUS
RE 612358	o direito, ou não, à contagem especial do tempo de serviço prestado em condições insalubres sob a égide da CLT pelos servidores que posteriormente foram submetidos ao regime estatutário
RE 603136	incidência do ISS sobre os contratos de franquia
RE 605506	o IPI na base de cálculo das contribuições PIS e Cofins exigidas e recolhidas pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária
RE 656558	a possibilidade de dispensa de licitação para contratação de serviços jurídicos por entes públicos
RE 592891	direito ao creditamento de IPI na entrada de insumos isentos provenientes da Zona Franca de Manaus
RE 611510	IOF sobre as operações financeiras de curto prazo realizadas por partidos políticos, entidades sindicais, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, beneficiários de imunidade quanto ao referido imposto

RE 601146	Competência dos TJs para decidir sobre questão previdenciária, no bojo de processo autônomo de perda de posto e patente de militar
RE 602584	não incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação do benefício de pensão com os proventos de aposentadoria
RE 611503	determinação à Caixa para pagamento de diferenças de correção monetária sobre saldos de contas vinculadas do FGTS em decorrência da aplicação de planos econômicos
RE 608880	responsabilidade do Estado por crime de latrocínio cometido por detento que cumpria pena em regime semiaberto
RE 601182	impossibilidade de suspensão dos direitos políticos quando ocorre a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos
RE 609096	exigibilidade, ou não, da contribuição ao PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras
RE 608898	a proibição de expulsão de estrangeiro com filhos no Brasil
RE 630852	aplicação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) em contrato de plano de saúde firmado antes de sua entrada em vigor
RE 635546	equiparação de direitos de terceirizados e funcionários da Caixa Econômica Federal
RE 1053574	necessidade de lei complementar para definir repasse do custo de PIS e Cofins para usuário de telefonia
RE 639138	possibilidade de contratos de previdência complementar adotarem percentuais distintos para a realização de cálculo de aposentadoria de homens e mulheres
RE 614873	reserva de vagas em universidade estadual para alunos que efetivamente cursaram o ensino médio no respectivo estado
RE 754917	extensão da imunidade relativa ao ICMS para a comercialização de embalagens fabricadas para produtos destinados à exportação
RE 607107	aplicação da pena de suspensão da habilitação imposta a um motorista profissional, em razão de homicídio culposo (sem

	intenção de matar) na direção de veículo automotor
RE 646104	representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais
RE 630898	constitucionalidade e a natureza jurídica da contribuição de 0,2%, calculada sobre a folha salarial de determinadas indústrias rurais e agroindústrias, incluindo cooperativas, e destinada ao Incra
RE 629053	necessidade, ou não, de o patrão, ao romper o vínculo empregatício, ter conhecimento da gravidez da empregada para ter a obrigação de indenizá-la
RE 657718	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto-custo não registrado pela ANVISA
RE 606314	a possibilidade de o Poder Judiciário aplicar o benefício de alíquota mais favorável à operação de industrialização de embalagens de água mineral
RE 627280	incidência de IPI sobre a importação de bacalhau seco e salgado
RE 593544	a possibilidade, ou não, de o crédito presumido do IPI, decorrente de exportações, integrar a base de cálculo do PIS e da Cofins
RE 635659	a possível inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), que define como crime a porte de drogas para uso pessoal,
RE 663696	o teto remuneratório dos procuradores municipais ser a remuneração do prefeito, e não o subsídio dos desembargadores, como ocorre com os procuradores estaduais,
RE 662405	existência ou não de responsabilidade objetiva da União por danos materiais causados a inscritos em concurso público, cuja prova foi cancelada por suspeita de fraude
RE 645181	legalidade de cobrança de pedágio em rodovia federal que corta bairros do município de Palhoça, em Santa Catarina,
RE 970821	aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL

ARE 665134	sujeito ativo do ICMS incidente sobre circulação de mercadorias importadas por um estado, industrializadas em outro estado e que retorna ao primeiro para comercialização
RE 883168	a possibilidade de reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra, que era casada
RE 1045273	a possibilidade de reconhecimento de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte
RE 1057258	o dever de empresa hospedeira de site de fiscalizar o conteúdo publicado em seus domínios e de retirar do ar informações consideradas ofensivas, sem necessidade de intervenção da Justiça
RE 842844	direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória
RE 661702	competência legislativa do Distrito Federal para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos
RE 641005	se o pagamento de mensalidades de faculdades privadas deve ser proporcional à quantidade de disciplinas cursadas
AI 761908	dever do Estado de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 anos de idade
RE 631053	demissão sem justa causa de professor sem prévia instauração de inquérito administrativo, não obstante previsão no regimento interno da instituição privada de ensino
RE 409356	legitimidade do MP para ajuizar ação civil pública que visa anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio público
RE 688223	incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de softwares desenvolvidos para clientes de forma

	personalizada
RE 843112	a possibilidade de o Judiciário determinar ao chefe do Executivo o envio de projeto de lei para revisão anual de salário
RE 999435	a necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores
RE 700922	a constitucionalidade das contribuições à seguridade social, a cargo do empregador produtor rural, PJ, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção
RE 625263	possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica
RE 638307	pensão vitalícia de ex-vereadores de Corumbá (MS) estabelecida por lei municipal anterior à Constituição de 1988
RE 766304	a possibilidade de o Judiciário determinar a nomeação de candidato preterido em concurso público em ação ajuizada depois do prazo de validade do concurso
RE 659412	incidência do PIS e da COFINS sobre a receita advinda da locação de bens móveis
RE 666404	possibilidade de destinação de recursos da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública para o melhoramento e à expansão da rede
RE 740008	dispositivo de lei estadual de Roraima que determinou, sem a realização de concurso, a ascensão de ocupantes do cargo de oficial de justiça, de nível médio, ao novo cargo de oficial de justiça, que exige curso superior
RE 684612	limites do Judiciário para determinar ao Executivo a realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras em prol da saúde
RE 612686	se a natureza jurídica não lucrativa de entidades fechadas de previdência complementar afasta a incidência do Imposto de Renda e da CSLL
RE 627432	a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros por determinados períodos

RE 1016605	a possibilidade de o contribuinte recolher o IPVA em favor do estado onde o veículo encontra-se registrado e licenciado, e não no estado em que o contribuinte mantém domicílio tributário
RE 761263	contribuição a ser recolhida pelo segurado especial que exerce suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção
RE 958252	a licitude de contratação de mão-de-obra terceirizada para prestação de serviços relacionados com a atividade-fim da empresa tomadora de serviços
RE 647885	possibilidade de entidades de classe de impedir profissionais inadimplentes com suas anuidades de continuarem trabalhando no seu ofício
RE 796939	aplicação de multa de 50% sobre o valor referente a pedidos de restituição, ressarcimento ou compensação de créditos considerados indevidos pela Receita Federal
ARE 791932	possibilidade de terceirização de call center de empresas de telefonia
RE 770149	possibilidade de expedição de certidão positiva de débito com efeito de negativa em favor de município cuja Câmara de Vereadores encontra-se inadimplente em relação a obrigações tributárias acessórias
RE 633345	incidência de alíquotas diferenciadas de tributação para a importação de autopeças por não fabricantes de máquinas e veículos
RE 714139	estabelecimento em Santa Catarina de alíquota diferenciada de 25% para o ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica e os serviços de telecomunicação
RE 841979	aplicação do princípio da não-cumulatividade à contribuição ao PIS e à COFINS
RE 808424	possibilidade de cancelamento automático de inscrição em conselho profissional em decorrência da inadimplência da anuidade, sem prévio processo administrativo

RE 776823	a necessidade de condenação com trânsito em julgado para se considerar como falta grave, no âmbito administrativo carcerário, a prática de fato definido como crime doloso
RE 670422	possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo
RE 827538	obrigação, por parte de empresas concessionárias de abastecimento de água e de geração de energia elétrica, de investir parte da receita na preservação da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração
RE 598650	a competência da Justiça Federal para julgar ação rescisória proposta pela União, na condição de terceira interessada em relação ao processo originário, contra decisão de juiz estadual não investido de competência federal
RE 842846	responsabilidade civil do Estado em razão de dano causado pela atuação de tabeliães e oficiais de registro
RE 845779	configuração de conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade, indenizável a título de dano moral, por abordagem de transexual para utilizar banheiro do sexo com o qual se identifica
RE 808202	aplicação do teto constitucional à remuneração de substitutos (interinos) designados para o exercício de função notarial e registral em serventias extrajudiciais
RE 1010606	a possibilidade de a vítima ou seus familiares invocarem a aplicação do direito ao esquecimento na esfera civil
ARE 848107	recepção, ou não, pela CF de 1988 do art. 112, I, do CP, segundo o qual a prescrição da pretensão executória começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação
RE 729107	aplicação a execuções em curso de lei do Distrito Federal que reduziu de 40 para 10 salários mínimos o teto para expedição das Requisições de Pequeno Valor (RPV)
RE 796376	o alcance da imunidade tributária do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis concedida a pessoas jurídicas,

	na hipótese em que o valor do imóvel é maior do que o capital da empresa
RE 816830	incidência da contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural cobrada sobre a receita bruta do produtor rural pessoa física
RE 855091	cobrança do Imposto de Renda sobre juros de mora incidentes sobre verbas salariais e previdenciárias pagas em atraso
RE 882461	incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) em atividade de industrialização integrante do processo do aço
RE 851421	possibilidade de perdão de dívidas tributárias surgidas em decorrência de benefícios fiscais implementados no contexto de guerra fiscal e que foram declarados inconstitucionais pelo STF
RE 858075	possibilidade de intervenção do Judiciário quando ente federado deixa de aplicar recursos mínimos na saúde, enquanto não for editada lei complementar que fixa percentuais, critérios de rateio e normas de fiscalização
RE 860508	se competência é dos TRFs ou do STJ para julgar conflitos entre juizado especial federal e juízo estadual no exercício da competência federal delegada
RE 888815	possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling) ser proibido pelo Estado ou viabilizado como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação
RE 851108	possibilidade de leis estaduais estabelecerem as normas gerais de competência para instituir ITCMD nas hipóteses em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior
ARE 884325	a responsabilidade civil da União por eventuais danos causados a produtores do setor sucroalcooleiro, em razão de alegada fixação de preços de produtos em valores inferiores ao custo de produção
RE 865401	o direito de vereador obter diretamente do prefeito informações e documentos sobre a gestão municipal
RE 852796	a forma de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo

	segurado empregado e pelo trabalhador avulso
RE 662055	a definição dos limites da liberdade de expressão, bem como a fixação de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais
RE 817338	possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999
RE 683621	aposentadoria de ex-combatente, considerada a expressão “serviço efetivo em qualquer regime jurídico” e a garantia do direito adquirido
RE 1002295	necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica
RE 855649	a incidência do Imposto de Renda sobre depósitos bancários de origem não comprovada
RE 835818	a possibilidade de excluir da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS os valores referentes a créditos presumidos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal
RE 878313	a manutenção de contribuição social depois de atingida a finalidade que motivou sua criação
RE 887671	a possibilidade de o Judiciário determinar à Administração Pública o preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas
RE 738481	o alcance da competência municipal para legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios
RE 643978	legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS
RE 1001104	possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo mediante simples

	credenciamento, sem licitação
RE 806339	exigência de aviso prévio à autoridade competente como pressuposto para o legítimo exercício da liberdade de reunião
ARE 901623	a tipicidade, ou não, da conduta de portar arma branca, tendo em conta a ausência da regulamentação exigida no tipo do artigo 19 da Lei das Contravenções Penais
RE 1010819	possibilidade de a ação civil pública afastar a coisa julgada quando já transcorrido o biênio para o ajuizamento da rescisória
RE 678162	competência para julgar ações de insolvência civil nas quais haja interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal
RE 929670	possibilidade de aplicação do prazo de 8 anos de inelegibilidade, introduzido pela Lei da Ficha Limpa, às condenações eleitorais anteriores, nas quais o prazo de três anos previsto em lei anterior já tenha sido cumprido
RE 736090	o caráter confiscatório, ou não, de multa de 150% aplicada pela Receita Federal em razão de sonegação, fraude ou conluio
RE 905357	a existência, ou não, de direito a revisão da remuneração dos servidores públicos por índice previsto apenas na LDO, sem correspondente dotação orçamentária na Lei Orçamentária do respectivo ano
RE 922144	a compatibilidade da garantia de indenização prévia em dinheiro para desapropriação por necessidade ou utilidade pública com o regime de precatórios
RE 606010	a imposição de multa a contribuinte que atrasa a entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
RE 917285	a compensação, de ofício, de créditos de contribuintes da Receita Federal com débitos não parcelados ou parcelados sem garantia
RE 949297	o limite da coisa julgada em âmbito tributário quando houver decisão transitada em julgado de inexistência de relação jurídico-tributária, sendo que posteriormente o tributo foi

	considerado constitucional pelo STF
RE 928902	existência ou não de imunidade tributária quanto ao IPTU de imóveis mantidos sob propriedade fiduciária da Caixa Econômica, mas que integram o Programa de Arrendamento Residencial
RE 955227	os efeitos de uma decisão transitada em julgado em matéria tributária quando há posteriormente pronunciamento em sentido contrário pela Suprema Corte
RE 852475	a prescrição nas ações de ressarcimento ao erário por parte de agentes públicos em decorrência de ato de improbidade administrativa
RE 636886	a prescrição nas ações de ressarcimento ao erário fundadas em decisão de Tribunal de Contas
RE 964659	a possibilidade de recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalha em regime de carga horária reduzida
RE 956304	o momento no qual deve cessar o pagamento do benefício de abono de permanência
RE 847429	a possibilidade de delegação, mediante contrato de concessão, do serviço de coleta de lixo e a forma de remuneração deste serviço (se por taxa ou tarifa)
RE 973837	a constitucionalidade da coleta de DNA de condenados por crimes violentos ou hediondos com o objetivo de manter banco de dados estatal com material genético
RE 946648	a incidência de IPI no momento do desembaraço aduaneiro de produto industrializado, assim como na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno
RE 971959	a constitucionalidade, ou não, do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro, que tipifica o crime de fuga do local do acidente
ARE 905149	a utilização de máscaras em manifestações
RE 928943	a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) nas remessas ao exterior

RE 940769	a possibilidade, ou não, de se exigir ISSQN fora das hipóteses do art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei 406/1968 de sociedade profissionais de advogados que atuem em seu território
RE 776594	instituição de taxas de fiscalização em atividades relacionadas ao setor de telecomunicações por parte de município
RE 820823	a possibilidade de associação condicionar o desligamento de associado à quitação de todos os débitos com a própria associação ou com terceiro a ela conveniado
RE 966177	a compatibilidade da proibição de jogos de azar, prevista em legislação de 1941, com a Constituição
RE 828040	a natureza jurídica da responsabilidade do empregador na reparação de danos a empregado vítima de acidente de trabalho
ARE 875958	o aumento de alíquota de contribuição previdenciária de servidores vinculados a regime próprio de previdência social
RE 835291	a vinculação de receita arrecadada com multas tributárias para o pagamento de adicional de produtividade a servidores públicos da carreira fiscal
RE 609517	a exigência de inscrição de advogado público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
RE 1043313	a possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal
RE 1027633	a responsabilização civil subjetiva de agente público, por danos causados a terceiros, no exercício da função pública
ARE 954858	a competência de o Brasil julgar Estado estrangeiro por atos de guerra cometidos dentro das fronteiras brasileiras
RE 632115	a responsabilização civil do Poder Público por eventuais danos causados por atos protegidos por imunidade parlamentar
RE 979742	a necessidade de o Estado custear um procedimento cirúrgico indisponível na rede pública se a religião do paciente (Testemunha de Jeová) proibir transfusão de

	sangue
RE 859376	possibilidade de uso de hábito religioso em foto para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH)
RE 936790	a composição da carga horária do magistério público nos três níveis da Federação
ARE 1038507	a possibilidade de penhora da propriedade rural familiar, nos casos em que não seja o único bem imóvel dessa natureza pertencente à família
RE 1037926	a vaga destinada à promoção por antiguidade de magistrado não poder ser destinada à remoção
RE 1059466	a isonomia entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público em relação ao direito à licença-prêmio ou à indenização por sua não fruição
RE 1054110	a possibilidade de afronta ao princípio da livre iniciativa perpetrada por lei que proíbe o exercício de transporte individual remunerado de passageiros por meio de aplicativos
ADI 5738	a possibilidade de norma que dispõe sobre o processo administrativo sancionador do BC e da CVM ter afrontado os ditames que regem o processo legislativo das medidas provisórias previstos no artigo 62 da Constituição Federal
ADI 5720	o aumento das taxas judiciárias cobradas no âmbito da Justiça estadual da Bahia
ADI 5743	a aplicação de teto remuneratório às empresas públicas e às sociedades de economia mista distritais, bem como suas subsidiárias, independentemente de receberem ou não recursos da Fazenda Pública para pagamento de pessoal
ADI 5748	aumento das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool
ADI 5749	violação do princípio constitucional da proporcionalidade ao estabelecer para o crime de obstrução de investigação de organização criminosa a mesma pena do delito de organização criminosa

ADI 5755	lei que prevê cancelamento de precatórios por instituições financeiras
ADI 5823, ADI 5824, ADI 5825	a extensão de imunidades formais previstas no artigo 53 da Constituição Federal de deputados federais e senadores para, também, deputados estaduais
ADI 5810, ADI 5811, ADI 5813, ADI 5815, ADI 5826	exigência de autorização prévia dos trabalhadores para que haja desconto da contribuição sindical
ADI 5731	o voto de qualidade dos presidentes das turmas e das câmaras do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em caso de empate nos julgamentos
ADI 5708	o entendimento que criminaliza plantar, cultivar, colher, guardar, transportar, prescrever, ministrar e adquirir Cannabis para fins medicinais e de bem-estar terapêutico
ADI 5793	a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público
ADPF 475	possível afronta à liberdade de expressão pelo artigo 166 do Código Penal Militar, que prevê pena de até um ano de detenção para o militar ou assemelhado que publique ou critique publicamente ato de superiores ou resoluções do governo
ADPF 497	resolução da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que autorizou a soltura do deputado estadual Jorge Picciani (PMDB), preso por decisão do TRF2
ADPF 496	dispositivo do Código Penal que tipifica delito de desacato a agente público
ADPF 483	contagem dos prazos em dias corridos nos juizados especiais
ADPF 476	o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC)
ADPF 460, ADI 462, ADI 465, ADI 466, ADI 467	leis municipais que vedam políticas de ensino sobre diversidade de gênero e orientação sexual

ADPF 444	a aplicação da condução coercitiva na fase de investigação criminal
ADC 42	questionamentos ao Novo Código Florestal
ADC 50	desobrigação de proprietários rurais, que suprimiram vegetação nativa respeitando as leis da época dos fatos, de promoverem sua regeneração
ADC 45	a possibilidade de dispensa de licitação para contratação de serviços jurídicos por entes públicos
AP 996	ação penal contra o deputado federal Nelson Meurer (PP/PR) e seus filhos Nelson Meurer Júnior e Cristiano Augusto Meurer pelos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro
AP 1002	ação penal contra o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE) e o engenheiro Luiz Carlos Batista Sá, pelos supostos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro
AP 1003	ação penal contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), o ex-ministro Paulo Bernardo e o empresário Ernesto Rodrigues pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro
AP 1019	ação penal contra o deputado federal Vander Loubet (PT-MS) pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro
AP 1015	ação penal contra o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro
INQ 4483	inquérito que investiga o suposto envolvimento do presidente Michel Temer e do ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures na suposta prática dos delitos de obstrução de Justiça e organização criminosa
INQ 4261	inquérito que investiga o atos do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo Filho quando ele presidiu a CPI da Petrobras
INQ 3989	o inquérito do quadrilhão do PP
INQ 4325	o inquérito do "quadrilhão do PT"

INQ 4326	o inquérito do "quadrihãõ do PMDB no Senado"
INQ 4327	o inquérito do "quadrihãõ do PMDB na Câmara"